

Nota Informativa

Edição 113/2024

DESTAQUES

Desoneração da folha soma R\$ 9,1 bilhões no 1º semestre de 2024

Governo digital é ferramenta do Estado do futuro, defende ministra Esther Dweck

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para técnicos da Anatel, roaming permanente não se confunde com itinerância

Ferramenta de IA da CGU já evitou gastos de R\$ 11 bilhões em licitações suspeitas, diz ministro

Erros cometidos pela IA geram alerta e contestações a seu uso na Justiça

Apagão global cibernético evidencia falta de investimento no Brasil

Incidente grave de segurança derruba sistemas do governo federal

BC: Moeda Digital Drex está longe de ser um concorrente do Pix

REFORMA TRIBUTÁRIA

Além da CCJ, regulamentação da reforma tributária será debatida na CAE

Senadores criticam regulamentação da reforma tributária e pedem análise sem pressa

Governo deve fechar reforma tributária sobre a renda no 2º semestre, diz Haddad

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad

Fazenda já prevê falta de acordo com desoneração e estuda efeito nas receitas

ORÇAMENTO

Cortes orçamentários devem impactar discussão sobre as despesas de 2025

POLÍTICA

Debate sobre regras atuais que vinculam despesas do governo é legítimo, diz Haddad

TRABALHISTA

Lula e diretor da OIT conversam sobre Aliança Global e mudanças no mundo do trabalho

DESTAQUES

Desoneração da folha soma R\$ 9,1 bilhões no 1º semestre de 2024

Poder Executivo | 25/07/2024 – 13h09min

As renúncias fiscais somaram R\$ 56,2 bilhões no 1º semestre de 2024, segundo a Receita Federal. Na comparação com o mesmo período em 2023, houve uma queda de R\$ 14,2 bilhões. Com a folha salarial, no entanto, houve um crescimento de R\$ 4,5 bilhões. Foram R\$ 4,7 bilhões em desonerações nos 6 primeiros meses de 2023 ante R\$ 9,1 bilhões em 2024. Dentre os pontos de destaque no 1º semestre de 2024, estão: desoneração linear do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) – R\$ 11,9 bilhões; folha salarial – R\$ 9,1 bilhões; Pis (Programa de Integração Social)/Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre combustíveis – R\$ 2,0 bilhões e planos de saúde – R\$ 1,7 bilhão.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo digital é ferramenta do Estado do futuro, defende ministra Esther Dweck

Poder Executivo | 25/07/2024 – 12h01min

Utilizar a tecnologia como ferramenta inclusiva da população aos serviços públicos, valorizando os servidores como agentes da inovação do Estado. Com esse enfoque a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, abriu o Painel “Transformação do Estado no século XXI”, na quarta-feira (24), terceiro dia do States Of The Future, evento paralelo do G20 que acontece no Rio de Janeiro (RJ). Segundo a ministra, a transformação do Estado envolve três pilares essenciais: valorizar os servidores como agentes de inovação, o fortalecimento da Transformação Digital dos serviços públicos e a governança colaborativa através da participação permanente da população. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para técnicos da Anatel, roaming permanente não se confunde com itinerância

Poder Executivo | 25/07/2024 – 14h17min

A área técnica da Anatel ainda não tem uma proposta de revisão das regras relacionadas ao roaming permanente de dispositivos móveis entre redes de operadoras nacionais. Segundo apurou o Tele.Síntese, vão recomendar ao Conselho Diretor o aprofundamento de estudos em 2025, com previsão na agenda regulatória, a fim de trazer um texto mais definitivo. No entanto, até que sejam concluídos tais estudos, vai propor que seja mantida a permissão para a “itinerância”. Em suma, o conceito prevê que seja considerado em conformidade o chip móvel que passe mais de 90 dias fora de sua rede de origem, desde que não sejam 90 dias ininterruptos na mesma rede. Dessa forma, entendem, um chip móvel pode transitar por diversas redes, ficando fora da rede outorgada por mais de 90 dias no ano, sem risco de bloqueio por parte das operadoras detentoras das redes visitadas. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ferramenta de IA da CGU já evitou gastos de R\$ 11 bilhões em licitações suspeitas, diz ministro

Poder Executivo | 25/07/2024 – 10h24min

A Alice (Analisador de Licitações, Contratos e Editais), ferramenta de inteligência artificial (IA) desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), já economizou R\$ 11 bilhões em gastos públicos em licitações suspeitas desde 2019, sendo R\$ 1 bilhão apenas no ano passado. As licitações foram suspensas ou canceladas devido a indícios de irregularidades. Os números foram apresentados pelo ministro da CGU, Vinicius Carvalho, durante participação no programa Bom Dia, Ministro da quinta-feira (25/7), transmitido pelo Canal Gov, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Erros cometidos pela IA geram alerta e contestações a seu uso na Justiça

Poder Executivo | 25/07/2024 – 03h30min

À medida que vai entrando nos gabinetes e salas de audiência dos tribunais brasileiros, a inteligência artificial gera controvérsia e discussões sobre os limites do seu emprego, especialmente depois de casos em que produziu jurisprudências falsas para apoiar documentos de juízes e de advogados. A discussão já chegou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e seu emprego foi criticado pela OAB do Rio de Janeiro, pelo potencial que tem de levar a erros de julgamento a partir de informações falsas. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Apagão global cibernético evidencia falta de investimento no Brasil

Poder Executivo | 24/07/2024 – 23h30min

Na semana passada, um apagão cibernético generalizado paralisou várias nações, expondo vulnerabilidades em infraestruturas digitais e causando danos significativos. Curiosamente, o Brasil passou quase ileso pelo incidente. Será que estamos em um nível de segurança muito avançado? Especialistas dizem que não e levantam questões sobre o estado da segurança cibernética no país. Esse aparente paradoxo merece uma análise mais aprofundada. Cristiano Breder, especialista com décadas de experiência em empresas multinacionais dedicadas à proteção de sistemas digitais, é pragmático. "O Brasil não foi impactado pelo apagão porque está atrasado em termos de inovação e investimento em infraestruturas cibernéticas." Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Incidente grave de segurança derruba sistemas do governo federal

Poder Executivo | 24/07/2024 – 17h23min

O Ministério da Gestão e da Inovação enviou um alerta na 4ª feira (24.jul.2024) para os funcionários federais sobre a identificação de um "incidente grave de segurança cibernética" que derrubou programas e sistemas amplamente utilizados pela administração pública. No comunicado enviado às 12h, o ministério informa que está atuando para assegurar "que os dados estejam íntegros e seguros" e que não há previsão para concluir o reparo. De acordo com o órgão, os sistemas estão fora do ar desde 3ª feira (23.jul). Foram afetados o SEI Multiórgão, usado para acessar processos virtuais, o CompartilhaServiços, de solicitação de serviços de administração, logística e tecnologia da informação, e o sistema de registro de contratos. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BC: Moeda Digital Drex está longe de ser um concorrente do Pix

Poder Executivo | 24/07/2024

O Drex, a moeda digital brasileira, é uma inovação nunca feita no mundo e precisa ser estressada em testes antes de se tornar operacional, afirmou o coordenador da moeda digital, Fabio Araújo, ao participar na quarta-feira, 24/07, do Blockchain.Rio. "Não vamos correr", garantiu. Segundo ele, até o final de agosto, o BC divulga os projetos selecionados para testes de caso de uso na segunda fase do piloto. "Nós recebemos 42 projetos dos

participantes da primeira fase. Infelizmente não tenho como testar todos. Vamos selecionar. Não sabemos quantos serão escolhidos. Temos falta de pessoal, somos serviço público, mas vamos selecionar o máximo que pudermos", disse Araújo ao Convergência Digital. Ele revelou ainda que o BC programa fazer um chamamento para que novos participantes entrem no piloto do Drex e possam oferecer seus casos de uso já a partir de 2025. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Além da CCJ, regulamentação da reforma tributária será debatida na CAE

Poder Legislativo | 25/07/2024 – 13h48min

A regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2004) vai ser discutida na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que criou um grupo de trabalho. O coordenador do grupo, senador Izalci Lucas (PL-DF), quer discutir com especialistas mudanças no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Entre os principais pontos, estão a isenção da cesta básica, incluindo carnes; o cashback (ou devolução) de impostos das contas de água, luz e gás para famílias de baixa renda; e redução de tributos para medicamentos. Já o relator da regulamentação da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Eduardo Braga (MDB-AM), voltou a defender a retirada do pedido de urgência para votação em 45 dias da proposta. Ele citou o apelo já feito pelos líderes partidários, que alegam que o prazo é muito curto para um assunto tão complexo. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senadores criticam regulamentação da reforma tributária e pedem análise sem pressa

Poder Legislativo | 25/07/2024 – 12h12min

O projeto de regulamentação da reforma tributária ([PLP 68/2024](#)) chegou ao Senado esta semana e já vem sendo criticado por senadores. Coordenador de um grupo de trabalho que vai analisar a proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Izalci Lucas (PL-DF) afirmou que a elevação dos tributos para as empresas que atuam nos ramos de comercialização e aluguel de imóveis vai prejudicar as famílias. A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) disse que o projeto tem que ser discutido sem pressa no Senado. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo deve fechar reforma tributária sobre a renda no 2º semestre, diz Haddad

Poder Executivo | 25/07/2024 – 09h22min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse em entrevista à GloboNews na quarta-feira (24) que acredita que o governo vai conseguir fechar no próximo semestre o projeto de lei que vai reformular a tributação sobre a renda dos brasileiros. Essa reforma pode mexer, por exemplo, na tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas, no Imposto de Renda das empresas (IRPJ), na tributação de lucros e dividendos e de fundos de investimento. Segundo Haddad, a área econômica prepara alguns "cenários" para entregar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que decidirá o modelo a ser enviado ao Congresso. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad

Poder Executivo | 25/07/2024 – 01h30min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou em entrevista à GloboNews, na noite da quarta-feira (24), as propostas que serão apresentadas ao presidente Lula (PT) no debate sobre a segunda etapa da reforma tributária, no segundo semestre de 2024. Segundo ele, as propostas, agora sobre renda, terão dois caminhos: ampliar o teto de isenção do Imposto de Renda ou reduzir a alíquota de consumo. "Vamos entregar alguns cenários de como vemos a oportunidade de fazer a reforma para melhorar a distribuição da

renda e, se possível, promover ou o aumento das taxas de isenção ou uma diminuição da alíquota do imposto sobre consumo", disse. Segundo ele, a tarefa do Ministério da Fazenda é lutar por princípios gerais adequados e modernos, "à maneira como os países desenvolvidos fazem". Ele citou também a criação da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, com técnicos que fazem as contas para que deputados e senadores possam tomar decisões a partir de cálculos validados pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda já prevê falta de acordo com desoneração e estuda efeito nas receitas

Poder Executivo | 24/07/2024 – 23h

O Ministério da Fazenda já trabalha com a possibilidade de não chegar a um acordo com o Congresso sobre as medidas compensatórias da desoneração da folha de pagamento a tempo do prazo estabelecido pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Apesar de o período para uma solução consensual se encerrar apenas em 11 de setembro, a pasta já tem avaliado os cenários sobre o assunto, diante da necessidade de fazer, antes da data-limite, as contas para a proposta de Orçamento para 2025. O projeto precisa ser entregue até 31 de agosto ao Congresso, e um dos obstáculos é saber como projetar corretamente as receitas previdenciárias em meio à incerteza sobre a medida. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Cortes orçamentários devem impactar discussão sobre as despesas de 2025

Poder Legislativo | 24/07/2024 – 17h15min

Deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) afirmam que o congelamento de despesas de R\$ 15 bilhões anunciado pelo Executivo para o Orçamento de 2024 redireciona as discussões sobre o Orçamento de 2025, principalmente em relação às estimativas de despesas. O Executivo anunciou uma projeção de déficit de R\$ 28,8 bilhões para as contas de 2024, mas informou que há expectativa de que isso seja revertido e que o déficit final seja inferior a R\$ 10 bilhões. Na próxima terça-feira (30), será divulgado onde haverá congelamento de despesas de R\$ 15 bilhões, necessário para garantir o cumprimento do limite de despesas e da meta fiscal. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Debate sobre regras atuais que vinculam despesas do governo é legítimo, diz Haddad

Poder Executivo | 24/07/2024 – 23h27min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (24) em entrevista à GloboNews que considera "legítimo" o debate sobre mudanças nas vinculações de despesas do governo federal. Segundo Haddad, essas discussões acontecem inclusive dentro do governo. Na semana, o Ministério da Fazenda anunciou que prevê um déficit de R\$ 28,8 bilhões para o país até o fim do ano – número que equivale ao limite permitido pelo arcabouço fiscal. O governo prometeu, e ainda busca alcançar, um déficit zero. Ou seja, gastar apenas o que arrecadar em 2024, sem aumentar a dívida do país. Mesmo com esse "aval" da legislação para estourar a promessa em quase R\$ 30 bilhões, Haddad avalia que a obrigatoriedade e a vinculação de alguns gastos acabam pressionando o Orçamento. Na entrevista ao J10, da GloboNews, o ministro disse que continua considerando que Saúde e Educação são áreas fundamentais. Ele defendeu um modelo social e fiscal "sustentável".

Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Lula e diretor da OIT conversam sobre Aliança Global e mudanças no mundo do trabalho

Poder Executivo | 24/07/2024 – 16h49min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na quarta-feira (24/7), no Rio de Janeiro, com o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilbert F. Houngbo. A conversa ocorreu no contexto do evento de pré-lançamento da Aliança Global Contra a Fome e Pobreza. Os dois trataram do tema, prioridade brasileira à frente da Presidência do G20, e falaram também sobre mudanças recentes no mundo do trabalho. Lula abordou ainda a iniciativa do Governo Federal de propor um projeto de lei ao Congresso para discutir a regulação das atividades de motoristas por aplicativo, com a intenção de preservar direitos mínimos aos representantes da categoria. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)